

JUDICIÁRIO

Marcos Oliveira/Agência Senado



Hoje senador, Hamilton Mourão tomou a decisão no apagar das luzes do governo anterior. Segundo a Fazenda, potencial arrecadatório é de R\$ 5,8 bi

Governo pode sustar alíquota menor do PIS

STF confirma liminar dada pelo hoje ministro aposentado Ricardo Lewandowski contra medida assinada pelo então vice Hamilton Mourão, no fim da gestão passada

» RENATO SOUZA



Ações que visem a alterar o sistema tributário devem levar em conta o impacto nas finanças públicas e nos contribuintes, sempre respeitando os princípios e regras estabelecidas pela Constituição

Trecho da nota do Ministério da Fazenda

que suspendia a redução do imposto e deu razão ao governo. O tema foi levado para julgamento no Plenário virtual — sistema on-line no qual os magistrados e as partes podem depositar manifestações e votos.

Até a noite de ontem, votaram com o relator os ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Edson Fachin e Gilmar Mendes. O ministro André Mendonça divergiu e decidiu no sentido de manter a redução do imposto. Para ele, a ação do governo não cumpre requisitos para ser atendida por meio de liminar e deveria aguardar pelo menos 90 dias para restituição do tributo.

O decreto assinado por Mourão reduzia, pela metade, o imposto aplicado sobre pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não

cumulativa — de 0,65% para 0,33% e de 4% para 2%. Lewandowski suspendeu, inclusive, outras decisões judiciais de processos em andamento que tratavam do caso.

O Ministério da Fazenda exaltou a maioria obtida no STF. “O resultado do julgamento na ADC 84 destaca a necessidade de transparência e responsabilidade na gestão fiscal e tributária. Ações que visem a alterar o sistema tributário devem levar em conta o impacto nas finanças públicas e nos contribuintes, sempre respeitando os princípios e regras estabelecidas pela Constituição. A decisão do STF reforça o compromisso com a estabilidade e a integridade do sistema tributário brasileiro”, salienta nota divulgada pela pasta.

» AGU recorre de “revisão da vida”

A Advocacia-Geral da União recorreu, ontem, da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a “revisão da vida toda” do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) — que versa sobre o recálculo do benefício baseando-se em todas as contribuições feitas durante a vida do contribuinte. A AGU afirmou que não há clareza sobre a abrangência das revisões, que poderiam chegar a alcançar beneficiários anteriores à aplicação da medida em julho de 1994. Além disso, pediu a suspensão dos processos que tratam sobre o tema em instâncias inferiores da Justiça até que o recurso seja analisado. A AGU afirma que não está claro se as revisões estão sujeitas a prescrições. O STF aprovou a revisão em dezembro de 2022, por 6 votos a 5.

COVID-19

Médicos zombam da internação de Marina

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Mesmo com uma saúde frágil, Marina não foi poupada do deboche

é especialmente relevante. Nascida em um seringal no Acre, Marina teve hepatite, malária, contaminação por mercúrio e leishmaniose. Segundo a assessoria do ministro, ela se vacinou com as quatro doses disponíveis contra a covid e, de acordo com o último boletim

médico, ela deve ter alta “em breve”. A partir do vazamento das mensagens, a diretoria do Sindicato dos Médicos do Estado do Acre (Sind-med-AC) publicou uma nota afirmando que o grupo “Médicos Unidos” não é administrado pela entidade: “O único grupo oficial é

chamado de ‘Filiados’, existindo regras claras que proíbem a manifestação política, permitindo apenas assuntos médicos, debates trabalhistas, sindicais e a divulgação de informações do sindicato. Os membros deste sindicato também prestam solidariedade à ministra do Meio Ambiente Marina Silva e desejam boa recuperação”.

A ministra foi internada no sábado após receber a confirmação do teste. Orientada pelos médicos, ela se manteve no hospital para realizar um conjunto de exames, pois apresentava sintomas gripais com um quadro de tosse, coriza e mal-estar.

Informações divulgadas pelo Sistema Eletrônico de Agendas do Poder Executivo Federal mostram que Marina não tem compromissos nesta semana. Ela era aguardada amanhã, na Câmara dos Deputados, na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para apresentar seu plano de trabalho na área da sustentabilidade.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Centro-direita empareda o governo Lula

O cientista político Paulo Fábio Dantas, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), faz jus a um chiste do falecido economista Nailton Santos, colaborador de Celso Furtado e irmão do famoso geógrafo Milton Santos, para quem a sabedoria baiana é observar muito antes de decidir. “Somos mais antigos, não temos pressa. Olhamos para a direita (o Nordeste) e para baixo (o Sul Maravilha) antes de agir”, brincava. No alentado artigo intitulado *Adensando névoa: o Poder Executivo num novo sistema de governo em construção* (site *Democracia política e novo reformismo*), Paulo Fábio faz isso, a propósito da relação entre o governo Lula e o Congresso.

No ponto a que pôde chegar o redesenho do sistema, sobressaem duas realidades incontornáveis. Uma, estrutural, é o maior empoderamento do Legislativo na “pequena política” (miúda, do dia a dia). Outra, contingente (embora duradoura), é a formação, também no âmbito do Congresso, de um bloco de centro-direita que atua, também, na grande política. Ele continua uma agenda de políticas liberais, retomada após o impedimento de Dilma Rousseff e a ascensão de Michel Temer.

Segundo Paulo Fábio, o impeachment de Dilma encerrou seis anos de “experiência desenvolvimentista centrada numa lógica mais estatista”. O Congresso atual, sob a liderança do deputado Arthur Lira (PP-AL), atuaria sob o signo dessa continuidade, pragmática e programática, num processo em que o fortalecimento da centro-direita fora legitimado em sucessivas eleições.

O cientista político compara a política brasileira a um tobogã em ziguezague, no qual se alternaram as políticas dos governos Dilma, Temer e Bolsonaro. “No contexto pós-impeachment, a partitura programática mudou e se manteve liberal em economia, ao menos até Bolsonaro (que sempre tocou de ouvido e mal nessa seara) incinerar qualquer programa político sério para a economia, num esforço populista desesperado para se reeleger.”

“Quando se chega a Lula 3 — e após quatro meses de governo, ainda não se sabe a que veio o Executivo, quanto a que padrão de relações quer manter com o Legislativo na pequena política e a que agenda macropolítica afinal adere. Entre o viés centrado da sua área econômica e tendências — visíveis noutras áreas do governo e na retórica do presidente — de resgatar o voluntarismo do tempo de Dilma Rousseff, o tobogã em ziguezague ainda domina e segue rejeitando qualquer padrão estável de atitude política”, conclui.

Imobilismo

Estaria fora de cogitação a hipótese de retorno ao presidencialismo forte com poderes assimétricos do presidente em relação ao Congresso: “Dentro das balizas da democracia, esses ovos já estão fritos. Como se tem repetido amiúde, um sério problema é que Lula e seu partido parecem até entender, mas não aceitar como irreversível a nova realidade”. Assim, seria um erro comparar o atual presidente da Câmara ao deputado Eduardo Cunha (MDB-RJ), que deu início ao processo de impeachment de Dilma. “A história atual começaria na interação entre Temer e Rodrigo Maia, em 2016 e 2017”, argumenta.

A distribuição de ministérios a aliados de centro e centro-direita, sem ceder os poderes decisórios, que é “centralizado” no próprio presidente da República, e material, mais “concentrado” no PT, seria a causa das derrotas do governo no Congresso. A ponto de surgir um “Vai pra casa, (Alexandre) Padilha”, uma referência jocosa ao ministro das Relações Institucionais.

“No imediato, a retórica farta dissimula o imobilismo prático. Mas a névoa que espalha nubla a visão do presidente para o essencial, que é a busca da forma política de viabilizar, num congresso conservador, a governabilidade fiscal, em seguida a tributária, para cumprir, de fato, a pauta social que forma, juntamente com a defesa e o fortalecimento da democracia, o compromisso político que agregou uma frente de partidos e a sociedade civil, e convenceu um número suficiente de eleitores a votarem nele”, conclui Paulo Fábio.

De fato, o governo Lula está diante de um impasse, que parece não ter sido devidamente compreendido pelos articuladores políticos do governo. A achapante derrota na votação do Marco do Saneamento foi uma espécie de síntese de uma situação na qual a agenda intervencionista do governo esbarrou na correlação de forças do Congresso e revelou, ao mesmo tempo, dissintonia entre o ministro da Casa Civil, o baiano Rui Costa, e os ministros dos partidos que compõem a ampla coalizão democrática de governo.

O próprio Padilha admite que precisa entender melhor o que houve. Para isso, pretende reunir o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e os ministros André de Paula (Pesca), Alexandre Silveira (Minas e Energia) e Carlos Fávaro (Agricultura), do PSD; Jader Filho (Cidades), Renan Filho (Transportes) e Simone Tebet (Planejamento), do MDB; e Daniela Carneiro (Turismo), Juscelino Filho (Comunicações) e Waldez Góes (Desenvolvimento Regional), do União Brasil com suas respectivas bancadas.

Hoje, os deputados desses partidos seguem mais a orientação de Lira do que a de seus ministros. Somente um pacto com Lula pode reequilibrar essas relações, mas essa ainda não é a do PT.

AGENDA DE LULA REVELOU A FALTA DE SINTONIA ENTRE OS MINISTROS DOS PARTIDOS DA COALIZAÇÃO COM AS BANCADAS ÀS QUAIS PERTENCEM